



Tribunal de Contas
Mato Grosso



S.G./AL/MT
Fis.: 188
Ass. LP

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS

Telefone: 3613-7549

e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL: 21/2015

PROCESSO: Nº 25217-4/2015

Pelo presente instrumento o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, doravante denominado GERENCIADOR, neste ato representada pelo Conselheiro Presidente WALDIR JÚLIO TEIS, RESOLVE registrar os preços da empresa Complexx Tecnologia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.353.487/0001-59, sediada na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 2300, 6º andar CEP: 78.050-000, Cuiabá/MT, representada por José Humberto Pereira Neto, portador da cédula de identidade nº 670348 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 473.961.051-53, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando o fornecimento descrito na cláusula primeira, conforme quantidades estimadas e valores constantes na Cláusula Quarta abaixo, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Presencial nº 21/2015 e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber ao Decreto Estadual nº 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de Solução Integrada de Modernização do Controle Externo Municipal visando à implantação de projetos finalísticos do TCE/MT baseados no PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado, com transferência de conhecimento, fornecimento de equipamentos e disponibilização dos ambientes de gestão e infraestrutura.

1.1.1. Compõem o objeto da solução integrada os seguintes grupos de equipamentos/serviços:

- **Preparação do Ambiente de Gestão:**
 - Transferência de Conhecimento de Governança de TI;
 - Transferência de Conhecimento de Segurança de TI;
 - Fornecimento de licença de Software de Gestão de Governança e Segurança de TI com código fonte;
- **Fornecimento de Estações de Trabalho contendo:**
 - Computadores;
- **Preparação do Ambiente de Infraestrutura:**
 - Implantação de Cabeamento Estruturado;
 - Implantação de Rede Elétrica Estabilizada;
 - Implantação de Link de Comunicação;
- **Serviços Mensais sob Demanda:**
 - Serviço de Hospedagem em datacenter;
 - Serviço de Comunicação via internet satelital com segurança;
 - Serviço de Suporte técnico especializado na solução.

1.1.2. O detalhamento do objeto da solução integrada está presente no termo de referência – MEMORIAL DESCRITIVO DA SOLUÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO.



Tribunal de Contas
Mato Grosso



NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS
Telefone: 3613-7549
e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

S.G./AL/MT
Fis.: 189
Ass: LP

Fls.
Rub.

1.2. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações, normas e padrões de qualidade estabelecidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas de Mato Grosso e demais requisitos constantes no Termo de Referência nº 409/2015 Anexo deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 0___/2015, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente Waldir Júlio Teis, disposta no processo nº 25217-4/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades do TCE/MT, conforme especificado no Termo de Referência nº 409/2015.

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 0___/2015 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

a) Preparação do Ambiente de Gestão

Prestação de Serviços de Apoio Técnico

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Qtde	R\$ Unit.
1	Serviço de Apoio Técnico em Segurança de TI	Unid.	3.500	259,00
2	Serviço de Apoio Técnico em Governança de TI	Unid.	3.500	259,00
3	Serviço de Apoio Técnico em Gerenciamento de Rede	Unid.	5.000	259,00
4	Serviço de Apoio Técnico em TI	Unid.	20.000	239,00
5	Fornecimento de Licença de Software de Gestão de Governança e Segurança de TI com código Fonte	Unid.	1	6.000.000,00

b) Fornecimento de Estações de Trabalho

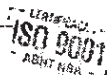
i) Computador; ii) Scanner

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Qtde	R\$ Unit.
1	Kit 1 – 05 pontos	Unid.	350	22.190,00
2	Kit 1 – 10 pontos	Unid.	65	44.380,00
3	Kit 1 – 15 pontos	Unid.	40	66.570,00

VR



Tribunal de Contas
Mato Grosso



S.G./AL/MT
Fls. 190
Ass. LP

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS

Telefone: 3613-7549

e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

c) Preparação do Ambiente de Infraestrutura

i) Cabeamento Estruturado; ii) Rede Elétrica Estabilizada e iii) Equipamentos para link de Comunicação

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Qtde	R\$ Unit.
1	Infraestrutura para Kit 1 – 05 pontos	Unid.	350	47.490,00
2	Infraestrutura para Kit 1 – 10 pontos	Unid.	65	63.000,00
3	Infraestrutura para Kit 1 – 15 pontos	Unid.	40	70.690,00

d) Serviços Mensais sob Demanda

i) Hospedagem em Datacenter; ii) Comunicação via Internet Satelital; iii) Suporte Técnico especializado na solução

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Qtde	R\$ Unit.
1	Perfil mensal para Kit 1 – 05 pontos	Unid.	4.200	2.600,00
2	Perfil mensal para Kit 1 – 10 pontos	Unid.	780	3.000,00
3	Perfil mensal para Kit 1 – 15 pontos	Unid.	480	4.200,00
4	Hospedagem em Datacenter conforme especificações técnicas	mensal	12	164.825,00

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Tribunal de Contas, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste Contrato nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº 409/2015;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Tribunal de Contas. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

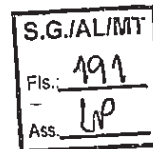
5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Contratada ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do TCE/MT;

5.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;



Tribunal de Contas
Mato Grosso



NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS

Telefone: 3613-7549
e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

5.7. Será de inteira responsabilidade da Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao TCE ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

5.8. A Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços

5.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratado dentro das especificações.

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

6.4. Notificar, por escrito, a Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção.

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a Contratada de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.

6.6. Acompanhar a execução, podendo intervir, para fins de ajuste ou suspensão inclusive rejeitando no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste contrato.

6.7. Disponibilizar equipe para repassar as informações necessárias para a implantação do sistema

6.8. Disponibilizar um analista de tecnologia da informação para coordenar e acompanhar todas as fases do projeto

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A Ata de Registro terá sua vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura

7.2. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.3. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior.

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por este Tribunal

7.5. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 20 do Edital do Pregão Presencial n. ____/2015.



Tribunal de Contas
Mato Grosso



S.G./AL/MT
Fls. 192
Ass. LP

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS

Telefone 3613-7548

e-mail: licitacoes@tcmto.gov.br

7.6. A critério deste Tribunal, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gestão da Ata de Registro ficará a cargo do Núcleo de Gestão de Contratos, Convênios e Parcerias do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento acompanhada(s) dos seguintes documentos:

- 9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;
- 9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- 9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;
- 9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora.

9.2. O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- 9.3.1. Atestação pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;
- 9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente consumida por este Tribunal.

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Tribunal de Contas, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

- 9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;
- 9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.5. O Tribunal de Contas não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.



Tribunal de Contas
Mato Grosso



S.G.JAL/MT
Fis. 193
Ass. LP

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS
Telefone 3613-7549
e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste instrumento.

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do IGPM/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Tribunal de Contas

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

10.4. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços

CLÁUSULA ONZE: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

11.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666 de 1993 ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados

11.3.1. por razão de interesse público; ou

11.3.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DOZE: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86



Tribunal de Contas
Mato Grosso



S.G./AL/MT
Fls. 194
Ass. LP

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS
Telefone 3613-7544
e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar a contratada as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Tribunal e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA TREZE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Fonte: 100/201

Projeto/Atividade: 4221

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 / 3.3.90.30

CLÁUSULA QUATORZE: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço



Tribunal de Contas
Mato Grosso



S.G./AL/MT
Fls. 195
Ass. LP

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS

Telefone: 3613-7549

e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº ___/2015, seus anexos e a proposta da contratada.

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TRIBUNAL.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

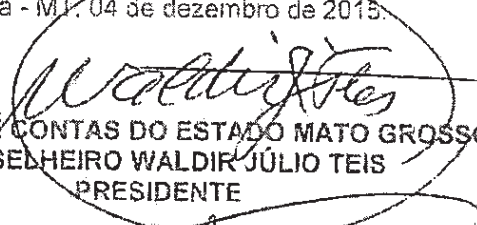
15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Tribunal de Contas providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

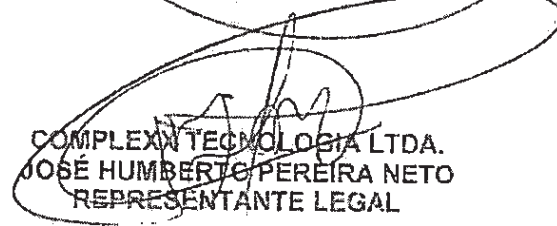
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Cuiabá - MT, 04 de dezembro de 2015.


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO MATO GROSSO
CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS
PRESIDENTE


COMPLEXA TECNOLOGIA LTDA.
JOSÉ HUMBERTO PEREIRA NETO
REPRESENTANTE LEGAL